



28% e 3,17%

Veja esclarecimentos do assessor André Viz sobre as ações judiciais e que foram apresentadas em assembléia da categoria. *Páginas 3 e 4*



Assembléia elege delegados para congressos da CUT

1 – Será às 13h de quarta-feira, 5 de abril, no Quinhentão, CCS. Na pauta, discussão do temário dos congressos estadual e nacional da Central Única dos Trabalhadores com eleição de delegados.

2 – Logo em seguida será instalada outra assembléia com a seguinte pauta: informes e esclarecimentos do Conselho Fiscal e prorrogação do mandato da diretoria. *Página 2*

Fórum leva milhares à Baixada

Durante quatro dias Nova Iguaçu, na Baixada Fluminense, foi transformada na capital mundial da educação. O próximo Fórum Mundial de Educação será em um país da África, em 2007. *Páginas 5, 6 e 7*



Assembléia elege delegados para congressos da CUT

Os sindicalizados do SINTUFRJ se reunirão em assembléia marcada para o dia 5 de abril, às 13h, no auditório do Quinhentão, que fica no CCS, para eleger seus delegados para o 12º Congresso Estadual da CUT-RJ (CECUT) e também o 9º Congresso Nacional (CONCUT). O CECUT, que é preparatório para o 9º CONCUT, ocorrerá do dia 12 a 14 de maio no Colégio Pedro II, Campo de São Cristóvão nº 177.

Já o 9º CONCUT, que acontecerá de 5 a 9 de junho, no Anhembi, São Paulo, definirá sua política estratégica com o objetivo de ampliar sua re-

presentação, consolidar seu projeto político-organizativo e se fortalecer como central sindical combativa.

Aos delegados e delegadas participantes foi preparado um Caderno de Textos que contém o Texto Base da



Direção Executiva Nacional e mais sete textos de Contribuição ao Debate, todos distribuídos em capítulos, contabilizando oito teses ao CONCUT.

O capítulo I traz o texto base "Fortalecer a Democracia e Valorizar o Trabalho:

Emprego, Renda e Ampliação de Direitos para Trabalhadores e Trabalhadoras". Assinam Antonio Carlos Spis, João Felício, Lúcia Reis, Denise Motta, Artur Henrique da Silva Santos, entre outros.

O capítulo II apresenta as



contribuições. A primeira tem como tema "Repactuação pelas Mudanças: Por um Projeto de Desenvolvimento com Valorização do Trabalho e Distribuição de Renda". Assinam Wagner Gomes, Pascoal Carneiro, Gilda Almeida, Carlos Rogério de Carvalho e

Gilson Reis. A segunda contribuição chama-se "Tese ao 9º CONCUT". Assinam Rosane da Silva e Rafael Freire Neto.

A terceira intitula-se "Proposta de Resoluções da Frente de Esquerda Socialista



(FES)". Assinam Jorge Luís Martins, Lujan Miranda, Francisvaldo Mendes de Souza, Bernadete Menezes e Sergio Ronaldo da Silva. A quarta contribuição é assinada por Júlio Turra e chama-se "Em Defesa da CUT Independente e de Luta".

A quinta é a "Tese da SSB - Corrente do Sindicalismo Socialista Brasileiro", com dezenas de assinaturas, entre elas a de Mauri Rammes, Solange Bergami, Roberto Henriques. A sexta é a "Tese para o 9º CONCUT: Tendência Marxista", assinada por Temístocles Marcelo Neto. A sétima "A CUT no campo - Estratégia de Organização dos Trabalhadores (as) Rurais. 1. A Estratégia da CUT para o Meio Rural (Contribuição da CONTAG). 2. A Construção de um novo Sindicalismo da Agricultura Familiar (contribuição da FE-TRAF)".

Conselho Fiscal na assembléia

Em assembléia desta quarta-feira, 5 de abril, o Conselho Fiscal estará prestando esclarecimentos sobre a análise das contas do Sindicato. Desde segunda-feira, dia 27 de março, está à disposição na sede do Sindicato toda a documentação relacionada à prestação de contas que foi publicada no Caderno Especial que circulou em agosto, no 8º Congresso do SINTUFRJ, realizado nos dias 3, 4 e 5 de agosto, no CCS. O Conselho Fiscal está ultimando a análise das contas do período entre os meses de julho e dezembro de 2005. Tão logo o trabalho esteja concluído, publicaremos um outro caderno especial com os números em questão. Na sexta-feira, os sindicalizados Francisco Carlos e Manuel Dantas estiveram na sede conferindo a documentação.

Foto: Niko Júnior



FRANCISCO Carlos e Manuel Dantas conferindo as contas

Missa para Marlene Ortiz

Nesta terça-feira, 4, às 10h, no Quinhentão, será celebrada a missa de 30ª dia do falecimento da companheira Marlene Ortiz. Este ato de solidariedade cristã é também mais uma oportunidade de homenagearmos a querida guerreira que partiu e deixou tantas saudades. Marlene foi dirigente do SINTUFRJ e da Fasubra e vai ser sempre lembrada por todos nós como aquela mulher que não transgredia um milímetro dos seus direitos, qualidade de caráter que fez dela uma das mais atuantes e dedicadas militantes na UFRJ.



Foto: Niko Júnior

NES: reunião terça, às 13h

Conforme anunciou o Jornal do SINTUFRJ na edição passada, na quarta-feira, dia 29, representantes do Sindicato, Reitoria, a comissão de trabalhadores de natureza especial (NES) e o secretário-executivo do Ministério da Educação, Jairo Jorge, se reuniram com o secretário-executivo do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG), Luis Inácio. Portanto, é muito importante a presença de todos os NES na reunião de terça-feira, 4 de abril, às 13h, no 2º andar do prédio da Reitoria, para ouvirmos os informes do encontro com o MPOG e tomarmos decisões. Na foto, o reitor, o pró-reitor Luiz Afonso e Ana Maria em recente reunião com os NES.

Assembléia esclarece 28% e 3,17%

Foto: Niko Júnior

No dia 21 de março a direção do SINTUFRJ realizou uma assembléia geral com a participação do assessor jurídico, André Viz, para dar esclarecimentos sobre as ações de 28% e 3,17%. A reunião foi convocada para desanuviar o clima criado pelos boatos que circularam na Universidade, especialmente em relação ao pagamento dos atrasados dos 28%.

Em relação à ação dos 28%, André informou que está atuando em duas frentes: uma para garantir a manutenção do pagamento da incorporação do índice nos contracheques de quem está na ação.

Houve na assembléia o seguinte questionamento: Se a sentença é definitiva, diante de que argumento pode a Procuradoria tirar dos contracheques?

Foi esclarecido então, como já divulgamos anteriormente, que quando iniciamos as negociações do pagamento administrativo dos atrasados do período que a decisão judicial não foi cumprida. A assessoria jurídica do Ministério do Planejamento solicitou à Procuradoria da UFRJ que informasse se havia alguma pendência no processo judicial. O procurador da Universidade pediu que a Advocacia Geral da União (AGU) prestasse esta informação. Neste momento a AGU foi alertada sobre as nossas iniciativas em relação ao pagamento dos atrasados. Isso permitiu que a AGU investisse novamente para impedir que concluíssemos as negociações administrativamente. E a partir da iniciativa da AGU, os desembargadores da 6ª Turma questionaram a legitimidade do SINTUFRJ representar os sindicalizados na ação dos 28%, não julgando o mérito do recurso.

Não sendo discutido o mérito, a Procuradoria utilizou, através de artifício administrativo, a alegação da ilegitimidade do Sindicato para tentar impor a suspensão do pagamento, sustentando que



NO SALÃO AZUL. Auditório lotou de pessoas que foram ouvir o assessor jurídico e a diretoria sobre os processos judiciais

a decisão de implantação teria perdido efeito.

O assessor jurídico, André Viz, esclareceu que esta questão já foi devidamente contestada. Porém, lamentavelmente, vários companheiros (as) que foram redistribuídos para outras universidades já tiveram o pagamento dos 28% suspensos e a Procuradoria continua tentando cortar os 28% na UFRJ com a mesma alegação.

Enfim, a luta para manter o pagamento é permanente, pois apesar de inúmeros pareceres favoráveis a insistência em nos prejudicar permanece.

OS ATRASADOS – A outra frente é a busca pelo pagamento dos atrasados. Como o direito nasce a partir de 1993 e só em dezembro 2002 passamos a receber a integralização, a ação judicial reivindica o pagamento referente a este período todo.

Pelas razões que já expusemos acima, não foi possível avançar nas negociações para o pagamento administrativo dos atrasados.

Então continuamos na in-

vestida judicial, que está sendo tratada da seguinte forma: nosso processo busca o pagamento dos atrasados referentes ao período de 1993 até dezembro de 2002.

Entretanto, em 1998 o governo reconheceu que tínhamos direito a parte dos 28%, tanto que estipulou para cada um de nós um percentual (uns receberam 12%, outros 14% etc.) e também estabeleceu um valor de atrasados, para que fizéssemos acordo para recebê-los em 14 vezes divididos em 7 anos.

Aquelas pessoas que não fizeram acordo e estão no processo do Sindicato permanecem com estes valores reconhecidos pelo governo como devidos (se entrarmos no Siapenet poderemos ver que eles aparecem lá).

Então nossa assessoria jurídica, considerando que parte destes atrasados é reconhecida pelo governo, deflagrou a liquidação do valor incontroverso. Ou seja, foram feitos os cálculos desta parte dos atrasados, que não é contestada pelo Governo, para sua cobrança imediata.

Agora estamos na fase de

liquidação de sentença da parte incontroversa. Nessa fase são feitos os cálculos dos valores devidos e enviados ao juiz, que a partir daí iniciará a execução da dívida.

A execução da dívida consiste em o juiz expedir um mandado judicial para intimar a UFRJ para dizer se concorda ou não com os valores.

CENÁRIOS

A partir daí dois cenários são possíveis:

- Se houver concordância pela Procuradoria o juiz mandará expedir o precatório, para encaminhamento ao Tribunal. Se seu encaminhamento ocorrer até o dia 1º de julho de 2006, os precatórios deverão ser pagos até 31.12.2007.
- Se não houver concordância, a lei reconhece o direito ao recurso chamado de “embargos à execução”, o que suspenderá o pagamento da dívida até a sua decisão final.

No caso de concordância com os cálculos, os participantes da ação cuja dívida for de até 60 salários mínimos poderão receber estes valores através de requisição de pequeno valor (RPV), que tem prazo de 60 dias contados da data de encaminhamento pelo juiz ao Tribunal, para pagamento.

Se o Congresso Nacional se dignar a votar o novo valor do salário mínimo, 60 salários mínimos serão 21 mil reais.

Outro esclarecimento feito na assembléia é que não será descontado nenhum centavo da categoria para pagamento de honorários do assessor jurídico, que é remunerado mensalmente com salários por ser funcionário do Sindicato.

Na página seguinte, informações sobre o 3,17%

3,17%: ação ganha na Justiça

Foto: Niko Júnior

A ação coletiva dos 3,17%, proposta em 1999, foi ganha pelo SINTUFRJ e o índice foi incorporado em junho do ano passado, entrando na folha de pagamento. Falta, agora, o governo pagar o passivo que de fato deve, de janeiro de 1995 a maio de 2005.

André lembrou que o governo, a partir de 2002, passou a pagar algumas parcelas do que reconheceu como passivo aos servidores. Segundo o assessor jurídico, esses valores, que os servidores já receberam, serão deduzidos dos valores do passivo que têm a receber. Isso será feito através de requisição de pequeno valor (RPV), para valores até 60 salários mínimos; e para valores acima desse, serão pagos através de precatórios, uma vez que devem ser previstos no orçamento.

André voltou a explicar que a sentença que transitou em julgado em 2005 deu ganho também dos atrasados. Agora está em fase de execução dos atrasados. Para isso, observa André, as contas do que os servidores devem receber já foram apresentadas, faltando deduzir os valores pagos administrativamente pelo governo ou que foram ganhos através de ações judiciais individuais.



NA ASSEMBLÉIA. O assessor André Viz, ao lado dos coordenadores Neuza Luzia e Agnaldo Fernandes no Salão Azul

Agora é preciso saber quanto o governo pagou para finalizar os cálculos do valor devido aos servidores.

Para isso, o assessor jurídico requereu que o juiz intimasse o Ministério do Planejamento para que apresentasse essas informações, o que ocorreu no mês passado. Na

semana passada, o Ministério do Planejamento informou que enviou ofício-resposta ao juiz da ação contendo o demonstrativo dos valores que já foram pagos. A expectativa do advogado é a de que ainda este ano seja possível sair os atrasados, pois cerca de 80% dos servi-

dores deverão estar dentro da cota de 60 salários mínimos, “ainda mais com a dedução das parcelas já pagas pelo governo”, diz André, explicando que uma requisição de pequeno valor (RPV), quando não há discordância, tem que ser paga em até 60 dias. Se for através de precatório, só no

orçamento do ano seguinte.

É importante dizer que mesmo aquelas pessoas que receberam pelo Tribunal de Pequenas Causas também permanecem na ação. E na conferência dos cálculos feita pela assessoria jurídica foi observada uma diferença nos valores que deverão ser pagos.

NOTAS

Curso do CLA começa quarta

O curso oferecido gratuitamente pelo Centro de Letras e Artes (CLA), “O século XX e suas interfaces: arte e cultura no Brasil”, será iniciado às 14h, desta quarta-feira, dia 5, no Salão Azul, localizado no térreo do prédio da Reitoria. O curso tem como objetivo estimular a prática de estudos interdisciplinares, contribuindo para a formação cultural dos professores, técnicos-administrativos e estudantes. As inscrições foram encerradas antes do prazo indicado para o dia 30 de março. Isso porque a procura foi muito grande e o número de 120 vagas, definido no princípio, foi ampliado para 300. A grande procura de interessados acabou obrigando os organizadores a buscar um espaço físico maior para o curso, que agora – no caso o auditório do Salão Azul.

Não é surpresa a grande procura pelo curso, pois ele se propõe a fazer uma releitura do século XX através de abordagens da arte e da cultura. Serão privilegiados os contextos socioeconômico e político através das diferentes linguagens: artes plásticas, arquitetura, literatura e música. As aulas serão todas as quartas-feiras, das 14h às 17h, e o curso terá três módulos com duração de dois meses.

CCJE cria Ouvidoria

Tem alguma reclamação, queixa ou sugestão a fazer? Ótimo. Porque agora você, aluno de uma das unidades subordinadas ao Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas (CCJE) – Faculdade de Direito, Instituto de Economia, Faculdade de Ciências Contábeis, Coppead e Ippur –, tem um canal exclusivo de manifestação de opinião, com direito a respostas e explicações. É que o Centro acabou de criar sua Ouvidoria.

Atendimento todas as quartas-feiras, das 14h às 16h30m. **Local:** gabinete da decania. Telefones: 3873-5301/3873-5302. Pela internet o endereço é www.ccje.ufrj.br.

O projeto é de autoria da técnica-administrativa Angela Frasso, que é formada em jornalismo, e quem responderá pelo serviço. O decano do Centro, professor Alcino Ferreira Câmara Neto, apoiou de imediato a iniciativa.

NOVA IGUAÇU

um grito à esperança



Foto: Niko Júnior

OLHOS NO FUTURO. Cidade da Baixada foi transformada na capital mundial da educação

O município de Nova Iguaçu não será mais o mesmo depois do Fórum Mundial de Educação (FME). A população da Baixada Fluminense, que chorou a morte de 29 jovens brutalmente assassinados no dia 31 de março de 2005, retomou a esperança com a realização de um evento histórico que reuniu 30 mil educadores, militantes sociais, jovens e delegados de mais de 25 países, entre os dias 23 e 26 de março. O sucesso foi tão grande que o Conselho Internacional anunciou a reedição do evento em 2008.

A luta por uma educação pública de qualidade foi reafirmada, tanto no documento final intitulado Carta de Nova Iguaçu, quanto pelos

conferencistas em acaloradas intervenções. As informações do documento serão reunidas com as de outros Fóruns para formar a Plataforma Mundial de Educação, no Fórum Mundial de Educação na África, em 2007.

PASSEATA CONTRA IMPUNIDADE - O encerramento do FME foi realizado no Sesc, no início da tarde do dia 26, após a terceira conferência, que teve como tema "Estado e Sociedade na Construção de Políticas Públicas: Por uma Plataforma Mundial de Lutas pelo Direito à Educação". Antes da conferência, um ato e uma passeata pela paz, realizados na Via Light, homenagearam as vítimas da chacina que completou um ano

dia 31 de março, unindo a emoções dos participantes, a maioria de jovens, à militância e lideranças presentes no encerramento. O grupo cultural Jongo da Serrinha fechou com o evento.

O prefeito de Nova Iguaçu, Lindberg Farias, conclamou os movimentos sociais a se organizarem e a pressionarem os governos para que estes invistam e apliquem em políticas transformadoras para a Baixada. O professor Pablo Gentili, do Laboratório de Políticas Públicas da Uerj e integrante do Conselho Internacional do FME, destacou que a administração Lindberg está realizando um projeto inovador, que é o Bairro-Escola, e agradeceu à população o apoio.



Foto: Marco Fernandes

Laura TAVARES. Pró-reitora foi uma das palestrantes na conferência de encerramento

A carta do encontro será reunidas com as de outros Fóruns para formar a Plataforma Mundial de Educação, no Fórum Mundial de Educação na África, em 2007

Pró-reitora afirma que modelo é elitista

A última conferência reuniu representantes de entidades e órgãos da área da Educação do Uruguai (Fernando Rodal), Cuba (Gisleidy Sosa), África (Pierre Fonkoua), Venezuela (Trina Monique), Argentina (Hugo Yasky), assim como as brasileiras CUT (Lúcia Reis), CNTE (Juçara Dutra), UNDIME (Maria do Pilar) e a UFRJ (Laura Tavares). A coordenação coube ao presidente da UNE, Gustavo Petta.

A pró-reitora de Extensão da UFRJ, Laura Tavares, fez uma defesa veemente da necessidade de se continuar lutando pelo direito à educação e universidades públicas. Laura Tavares questionou o modelo atual, que é excludente e elitista. Para a pró-reitora, a participação da UFRJ no Fórum Mundial de Educação não era um favor, mas um dever, pelos compromissos da instituição com a sociedade.

A representante de Cuba, Gisleidy Sosa, relatou a experiência de seu país, um dos que mais investem em educação, apesar do embargo dos EUA, e destacou a importância das reformas que reforcem a autonomia universitária, da luta da juventude e da necessidade de união dos países do Terceiro Mundo. "Mais de 800 milhões de pessoas no mundo são analfabetas, a maioria no Terceiro Mundo", disse. Lúcia Reis, da CUT, que também é funcionária técnico-administrativa da UFRJ, afirmou que a entidade tem como princípio defender a educação como um direito e que no âmbito do universo da luta dos trabalhadores esta luta precisa ser prioritária e unitária. "A educação é estratégica para termos um país mais justo e democrático", afirmou.

Trina Monique relatou as experiências na área da educação na Venezuela, uma delas através das escolas bolivarianas, e os convênios que vêm sendo feitos com outros países, como Cuba e Colômbia. O povo é quem define suas prioridades e tem voz ativa na determinação da política educacional. A coordenadora de Desenvolvimento Social da Prefeitura de Nova Iguaçu, Maria Antonia Goulart, traçou um quadro da realidade da cidade e das ações iniciadas para mudar o quadro do município. Ela afirmou que Nova Iguaçu quer mudar e vai mudar, pela educação. O coordenador da mesa, Gustavo Petta, encerrou as intervenções afirmando que só com uma plataforma de luta saída de Nova Iguaçu os estudantes sairão mais convictos de seu papel como protagonistas nas mudanças para a educação e na transformação do país.

Números

- 30 mil participantes
- 30 conferencistas nacionais e internacionais
- 320 atividades educacionais promovidas por entidades
- 450 trabalhos, pesquisas e teses apresentados por educadores e pesquisadores
- Mais de 700 artistas apresentando cerca de 100 atividades
- Mais de 5 mil crianças e adolescentes participantes do Fórum Mundial de Educação Infante-Juvenil

ONU e MST no Fórum

Desigualdades na educação mobilizam debate da conferência de abertura

Educação, cultura e diversidade. Este foi o tema da primeira conferência do Fórum Mundial de Educação, uma das mais concorridas do Fórum, pois reuniu o relator da Organização das Nações Unidas (ONU) pelo Direito à Educação, o costa-riquenho Vemor Muñoz, e Orlando Pulido, professor da Universidade Pedagógica Nacional da Colômbia. Mas quem fez a temperatura subir na quadra poliesportiva do Sesc de Nova Iguaçu foi a representante do Movimento dos Sem Terra, Clarice Aparecida dos Santos. “Os programas educacionais no Brasil sempre trataram e consideraram o camponês como o atrasado, o fracassado, o jeca-tatu. Alguém que necessitasse de um tipo de política que fosse resgatá-lo de uma condição de inferioridade em relação à cidade”, afirmou a dirigente na sua análise crítica a respeito do debate que se faz no país sobre educação.

Sergio Mambert, do Ministério da Cultura, representou o governo nesta mesa, que ainda teve como conferencistas Ricardo Henriques, da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (MEC), e Rosângela Costa de Araújo, do Gledés, Instituto da Mulher Negra. A conferência foi aberta com todos os presentes de pé, a pedido da coordenadora dos trabalhos e professora de Educação da Universidade Federal Fluminense, Célia Linhares, “para lembrar os que antes de nós lutaram e acreditaram na liberdade, democracia, na palavra e na educação”, e encerrada com todos de mãos dadas, numa homenagem às 29 pessoas chacinadas por PMs, na Baixada Fluminense, no dia 31 de março de 2005.

EIXOS - Para Ricardo Henriques (MEC), a educação está no núcleo do processo de desigualdade, e de alguma forma tem poder de geração



MOBILIZAÇÃO. O FME atraiu para Nova Iguaçu milhares de pessoas durante quatro dias

e de perpetuação dessa desigualdade, que é fruto de uma visão de décadas que reduziu o desenvolvimento a uma idéia de crescimento, longe de políticas públicas. Ele propôs que se pense a educação segundo estes eixos: democratização do sistema de ensino (garantir o acesso e a permanência do aluno); qualidade (revisão dos cursos pedagógicos, para que incluam as coisas reais do cotidiano); equi-

dade (pensar a educação infantil e a dos jovens e adultos); e diversidade (que permite produzir novos espaços de resistência e novas práticas positivas).

DIREITO - O relator da ONU, Vemor Muñoz, defendeu a educação como um direito fundamental e imprescindível de todo o ser humano. “Todos os povos do mundo devem exigir esse direito, e os governos não deveriam

investir em máquinas da morte (“exércitos”) enquanto 40 milhões de crianças não têm acesso à educação.” Segundo Muñoz, a educação tem sido vitimada por estruturas patriarcais, o que tem definido as políticas injustas em todo o mundo. E nesta estrutura patriarcal, a educação se torna insumo para a produção e não direito para trabalhar pela dignidade humana e pelo reconheci-

Foto: Niko Júnior

to das diferenças e da felicidade. “Que possamos trabalhar mais com educação intercultural em todos os âmbitos e níveis da educação, seja ela formal ou informal, da infância até a universidade”, concluiu.

Já o professor colombiano, Orlando Pulido, informou que a adversidade é tema central no seu país que, como o Brasil, tem muitas diferenças: geográfica, étnica, cultural, social e econômica. “Somos todos diferentes uns dos outros, mas todos têm direitos iguais.”

RECONSTRUÇÃO - Sergio Mambert anunciou a criação pelo Ministério da Cultura de uma Câmara Setorial para reunir todas as questões de educação e cultura. “Nós tivemos a incumbência de reconstruir processos de participação efetiva para que pudéssemos pensar políticas públicas que garantissem o acesso e principalmente a permanência nas escolas, uma questão de equidade, ou seja, garantir que todos possam usufruir de seus direitos”, explicou.

CRÍTICAS - A dirigente do MST, Clarice dos Santos, apontou dois equívocos no debate que se faz sobre educação no Brasil: o primeiro, pensar que com a universalização da educação básica ela servirá para todos; e o segundo, que os programas isolados de governo podem solucionar o problema de acesso e de direito à educação no campo. E criticou os programas educacionais: “A despeito das boas intenções, esses programas sempre foram elaborados para pautar o campo às necessidades da cidade, e estão vinculados a um modelo de desenvolvimento capitalista, industrial e urbano. A educação que o campo reivindica só pode ser compreendida no contexto de sujeitos que se descobriram na luta pela reforma agrária, pela terra”, avisou.



TEATRO AO AR LIVRE. Uma das atrações do Fórum, com a participação de artistas locais

Foto: Niko Júnior

Ética e cidadania em tempos de exclusão

Na manhã de sábado, dia 25 de março, a segunda conferência do Fórum Mundial de Educação tratou da educação cidadã para uma cidade educadora. Lílian do Valle, da Uerj, mediadora, lembrou que há três mil anos, na Grécia antiga, o termo “cidadania” não era apenas uma idéia, mas ação e participação direta na construção de um mundo comum: “Nosso desejo é que deixe de ser uma palavra para tornar-se realidade concreta entre nós.”

O chileno Pablo Venegas, do Fórum Latino-Americano de Políticas Educativas, contou que em seu país o Estado influenciou com resultados importantes na educação, mas dentro da lógica do mercado, que introduz elementos de desigualdade incompatíveis com o ideal democrático. Para ele, a escola é expressão do que acontece na sociedade.

Ramon Moncada, da Colômbia, membro do conselho assessor do Instituto Paulo Freire, pondera que, sem a garantia dos direitos humanos não há cidadania. “Um projeto de educação cidadã para uma cidade educadora precisa ser socialmente forte, uma sociedade civil fortalecida. O estado social de direito é um projeto que temos que defender na América Latina.”

Nilcéa Freire, da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, contou que, em 2004, entre os ingressantes dos cursos de graduação, 56,1% eram mulheres, e houve mais de 60% delas entre os concluintes. Gustavo Fischman, da Universidade do Arizona, acredita que a mídia, no que toca à escola pública, propaga uma crise “manufaturada que tende a gerar imobilismo e contribuir para a política de exclusão”.

Hugo Rodrigues, da Associação de Educadores da América Latina e Caribe, apontou que pelo catecismo neoliberal, com a lógica de mercado, os problemas são individuais. “Os problemas são sociais e as soluções são sociais.” Para Rodrigues, é necessário fazer política e a luta contra o capitalismo: “Outro mundo é possível, e a educação é a grande trincheira de luta contra esse sistema de desigualdade.”



NCE cedeu equipamentos e equipes de montagem e manutenção para os estandes da UFRJ

UFRJ na Vila Olímpica

A Vila Olímpica, no Centro, foi tomada por estandes de diversas instituições, Secretarias de Educação e editoras. Mas a estrela do espaço foi a UFRJ, que apresentou 17 trabalhos vinculados a diversos programas voltados para a educação. No estande da Casa da Ciência, a atração era um experimento com eletricidade que deixava as pessoas literalmente de cabelos em pé. No estande da UFRJMar, visitantes aprendiam a montar maque-

tes de barcos. O NCE levou a tecnologia em softwares para a educação.

Ana Rosa, 21 anos, estudante no 4º período de Comunicação na PUC, ficou encantada com o laboratório desenvolvido em programa da PR-5 com meninos da Vila Residencial. “Sempre gostei de tirar fotos, aí apareceu o projeto. Hoje a UFRJ está bancando a gente”, comemora Lyncoln Henrique Cardoso, 13 anos, morador da Vila, mostrando que, com uma

lata com um furo de agulha e a técnica que os meninos aprenderam com o fotógrafo Bira Soares, é possível registrar belas imagens. Soares é idealizador do projeto em parceria com o morador da Vila, José Alailton.

Ricardo Julian, da Escola Politécnica, comandava oficina com uma dúzia de participantes do Fórum, para explicar a importância do Laboratório da Informática para Educação, outro projeto importante desenvolvido na Vila. Na sala

montada no Fórum, 10 computadores do NCE mostravam o projeto em funcionamento. José Roberto, aluno de licenciatura de História da UFRJ, considerou a iniciativa fundamental para o aprendizado. Em um auditório, a UFRJ apresentava debates e vídeos sobre a produção do conhecimento.

Claudia Fenelli, do projeto Papo Cabeça, da Faculdade de Medicina e da Maternidade-Escola, apresentava recursos para educação sexual e esclarecimento sobre formas de contágio de doenças sexualmente transmissíveis, atraindo público de todas as idades.

No ginásio da escola Monteiro Lobato, pôsteres expunham projetos, como o do SINTUFRJ, Universidade para os Trabalhadores. Passando entre as divisórias, Iraciara Oliveira, professora de Biologia de colégio Estadual de Nova Iguaçu, e Elaine Cristina, pedagoga de escola municipal de Belford Roxo, elogiaram os projetos expostos no ginásio.

BAIXADA EM ALTA - Nova Iguaçu viveu dias especiais durante o Fórum Mundial da Educação. A exposição fotográfica *Baixada em Alta*, envolvendo o trabalho de fotógrafos estrangeiros, fez parte de uma série de eventos, que conferiram um clima de autoestima e cosmopolita ao acontecimento. Os projetos de Oscar Niemeyer, em Duque de Caxias, através das lentes de Douglas Engle, ou o futebol e o menino com a bola de gude em Mesquita, flagrados por Peter Feibert, estão entre os 50 trabalhos exibidos por oito repórteres fotográficos integrantes de Associação dos Correspondentes de Imprensa Estrangeira, na exposição que ficará no Sesc até 16 de abril e depois será apresentada em Nova Iorque, Washington e Rio de Janeiro.

O brasileiro Peter Feibert, curador da mostra, que apresenta ensaio sobre Queimados, explica que a idéia era desmistificar a marca da violência e mostrar elementos positivos da região, mas que foi difícil. “Morto no Rio. Tivemos que mudar nossa cabeça”, comentou.



DELEGAÇÃO da Universidade que teve intensa participação no Fórum Social Mundial

Foto: NCE/Divulgação

Foto: Marco Fernandes

Semana da saúde na UFRJ

Foto: Niko Júnior



GT-SAÚDE se reuniu na semana passada. Nova reunião às 9h desta segunda, na subsede/HU

O SINTUFRJ realiza, entre os dias 4 e 7 de abril, a Semana de Saúde na UFRJ, com o apoio da Divisão de Saúde do Trabalhador (DVST). O evento faz parte das comemorações do Dia Mundial da Saúde, que tem como eixo este ano a mobilização nacional pelo fortalecimento do SUS. O Dia Mundial da Saúde é comemorado no dia 7 de abril. O tema deste ano é "Gente que faz Saúde".

Veja a programação na UFRJ:

4/4 – terça, das 9h às 12h – Subsede do SINTUFRJ no HU
Palestra: "Controle Social, Conselho Gestor, Conselho de Administração, Certificação Hospitalar e Financiamento da Saúde"

Palestrante: Carlos Maury Cantalice (HUCFF)
 Márcilio Lourenço de Araújo (IPPMG), a confirmar

5/4 – quarta, das 9h às 12h – DVST
Estudo: "Avaliação da 20ª Versão das NRs da Seguridade Social da Administração Pública Federal"
Obs.: Discutir Aposentadoria Especial

6/4 – quinta, das 9h às 12h – DVST
Estudo: "Avaliação da 20ª Versão das NR's da Seguridade Social da Administração Pública Federal"
Obs: Discutir Aposentadoria Especial

7/4 – sexta, às 8h – Sede do SINTUFRJ
Caminhada: "Caminhada da Saúde na UFRJ – Comemorativa ao Dia Mundial da Saúde"

14h – Cinelândia - Ato Unificado da Saúde: "Ato Estadual Unificado das IFES - UFRJ, UFF, UNI-RIO, RURAL e UERJ"

Próxima reunião de aposentados

Data: 24 de abril, segunda-feira, às 10h.

Local: Subsede do Sindicato no HU (ao lado da antiga emergência do hospital).

Pauta: Relatório dos nossos representantes no GT-Aposentados; Ações Judiciais e Plano de Carreira, Assuntos Gerais.

Seminário Local de Saúde

O Seminário Local de Saúde Pública, HUs e Saúde do Trabalhador ocorrerá nos dias 11 e 12 de abril, no Instituto de Ginecologia da UFRJ. Um dos objetivos do seminário é o de levar ao conhecimento da categoria as questões referentes à saúde pública e aos hospitais universitários. Outro objetivo é o de formular entre a categoria políticas e ações em saúde do trabalhador, tendo como meta a melhoria das condições dos ambientes de trabalho.

O seminário se propõe a elaborar um diagnóstico do modelo atual e a propor mudanças, principalmente no que concerne à gestão e ao financiamento. As propostas serão encaminhadas ao Seminário Nacional da Fasubra, marcado de 27 a 29 de abril. A programação do Seminário na próxima edição.

Reunião GT-Saúde/Seguridade do SINTUFRJ

Informamos aos interessados que a reunião do GT-Saúde/Seguridade do SINTUFRJ será nesta segunda-feira, 3 de abril, às 9h, na subsede do HU. Em pauta a organização da Semana de Saúde na Universidade e do Seminário da UFRJ.

Posse na Escola de Química

O reitor da UFRJ, Aloisio Teixeira, empossou o novo diretor Luiz Antônio D'Ávila em cerimônia que ocorreu no auditório do Centro de Tecnologia, dia 27 de março, com cerca de 200 convidados. O recém-empossado abriu seu discurso com agradecimentos à comunidade e destacou a importância de se estimular o ensino, a pesquisa e a extensão. O novo dire-

tor exaltou o papel da Escola para o país. "A Escola de Química contribui efetivamente para a nação por apresentar uma significativa concentração de conhecimento. Para se ter uma idéia, ela tem o conceito 6 na Capes (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior), que a torna o quinto melhor curso do Brasil", afirma Luiz Antônio.

Excursão ao SESC Mineiro de Grussaí

Local: S. João da Barra, em Campos de Goytacazes.

Data: 11/5 (quinta-feira) a 14/5 (domingo).

Acomodações confortáveis em apto com TV, frigobar; opções de lazer diversas para encantar e divertir; parque aquático com amplas piscinas, toboáguas, saunas, quadras poliesportivas, parques infantis etc. Atração especial: passeio em uma autêntica "Maria Fumaça" (trem antigo) por 10 estações.

Preço: Adulto – R\$ 210,00 / Criança – R\$ 105,00 (3 a 10 anos)
 Parcelados em 2 pagamentos: 1º até 10/4 e o 2º até 6/5

A excursão deveria ter sido divulgada na edição anterior do Jornal do SINTUFRJ. Como isso não foi possível, anunciamos o passeio na reunião dos aposentados realizada na segunda-feira, dia 27, o que originou o preenchimento de vagas para o passeio. Somente lotaremos um ônibus com 50 lugares.

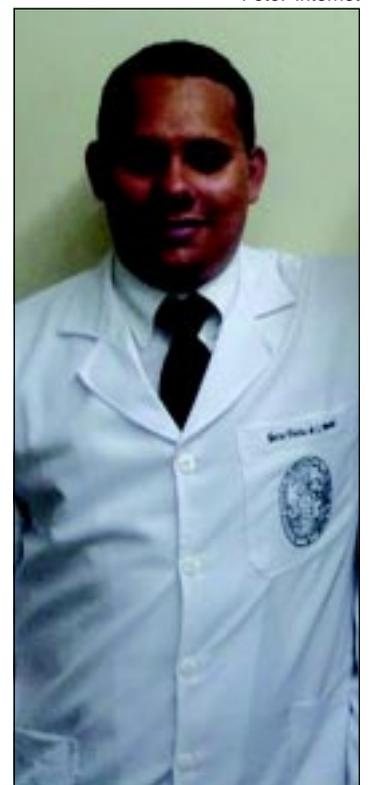
Organização: Coordenação de Aposentados.

Estudante da UFRJ desaparecido

Foto: Internet

Encontra-se desaparecido desde sábado, 25 de março, o aluno Marcus Vinicius da Silva Amaral, da Faculdade de Medicina da UFRJ. Ele esteve até aproximadamente 16h45 em plantão no HUCFF. Em seguida se dirigiu para a sua residência na Rua Aymores, no bairro da Penha (Zona da Leopoldina). Foi visto pela última vez lanchando na Rua Nicarágua, por volta das 18h. Os vizinhos afirmam que ele não esteve no apartamento. No domingo, 26, ele iria participar de um encontro de médicos evangélicos e não compareceu.

A família que mora em Goiás está no Rio de Janeiro e fez o registro na 21ª DP, em Bonsucesso. A Prefeitura da UFRJ pede para quem souber de alguma informação, ligar para o telefone 2598-1900 (Emergência Diseg).



MARCUS VINICIUS está desaparecido desde 25 de março. Informações para **2598-1900**

CEG elogia funcionários

O presidente Comissão Temporária de Alocação de Vagas (Cotav), Gil Fernandes da Costa, na reunião do Conselho de Ensino e Graduação (CEG) que aprovou há duas semanas a planilha de distribuição de vagas para o concurso entre as unidades, fez um elogio aos funcionários técnico-administrativos que trabalharam no assessoramento da comissão. No relatório com o agradecimento aos funcionários que deram suporte aos trabalhos houve uma citação especial a Edson Valério dos Santos, "por sua eficiência e dedicação notáveis".

Na última reunião Consuni, dia 30, foi aprovado o relatório da Cotav. Das 112 vagas, 95 foram distribuídas, e as 17 restantes foram destinadas à reserva técnica do reitor. As unidades mais beneficiadas foram a Faculdade de Medicina, a Escola Politécnica e a Faculdade de Letras, que receberam respectivamente 9, 6 e 5 vagas.

Os estudantes da Faculdade Nacional de Direito levaram cartazes exigindo mais vagas para a unidade. Entretanto, receberam duas vagas e talvez receberão mais duas na distribuição feita pelo reitor, mas não há garantias. No dia 13 de abril o reitor divulgará como e quais unidades vão receber novos professores.

Por causa do calendário eleitoral deste ano os departamentos devem realizar o concurso até o dia 30 de junho. A bancada discente e a conselheira técnico-administrativa Chantal Russi propuseram que fosse solicitada uma audiência com os representantes do MEC para solucionar alguns problemas da Universidade e também reivindicar mais vagas para professores.



NA UFRJ. O pró-reitor de Graduação, José Meyer, disse que o assunto está em discussão

Há dois meses foi aprovada na Comissão de Constituição e Justiça da Câmara projeto que estabelecia cotas de 50% para estudantes da rede pública nas universidades públicas federais e fixava o prazo de quatro anos para a sua implantação. Houve reação de setores conservadores e o projeto está em compasso de espera. Mas já há universidades públicas que se anteciparam e estão adotando políticas que democratizam o acesso, como a Universidade Federal do Espírito Santo, que adotará cotas (entre 50% e 52%) para índios, negros e outras minorias.

"O CEG não aprovou nenhum tipo de cotas. Mas se virar lei, a UFRJ vai cumprir", disse o pró-reitor de Graduação José Roberto Meyer, lembrando que, no entanto, o projeto

piloto da Reitoria de democratização do acesso com ampliação de vagas como alternativa ao vestibular, voltado a estudantes da rede pública estadual, está sendo discutido nas unidades e segue na agenda de prioridades da Reitoria para este ano.

Mas ele lamenta que, apesar da equipe da Reitoria ter apresentado o projeto por centros e unidades, poucos deram retorno. "A Reitoria pretende sensibilizar as unidades para que se debrucem sobre a proposta e se posicionem", disse o pró-reitor, explicando que a equipe vai estimular a discussão. Uma das poucas e últimas a debater o assunto, a Congregação do Instituto de Ciências Biomédicas, no fim de 2005, aprovou a proposta da Reitoria.

Lá fora: Protesto na França

Três milhões de pessoas saíram às ruas em toda a França na semana passada para protestar contra o projeto trabalhista lançado pelo governo, mais conhecido como Contrato do Primeiro Emprego, que retira benefícios trabalhistas de menores de 26 anos. De acordo com a polícia, mais de um milhão estiveram nas ruas contra a nova legislação, mas, segundo os sindicatos, foram três milhões os manifestantes por toda a França. A manifestação de Paris foi a maior de um total de 300 que aconteceram terça-feira por todo o país. A contestação da lei anti-trabalhista que permite demitir, sem justa causa, os jovens com menos de 26 anos, nos primeiros dois anos de emprego, já dura três semanas. As manifestações também foram marcadas pela violência, tanto policial como de infiltrados entre os manifestantes. Nas imediações da Praça da República, no centro de Paris, um grupo de infiltrados atacou as forças de segurança e os próprios manifestantes. A polícia de choque foi chamada a intervir, lançando várias granadas de gás lacrimogêneo e detendo dezenas de jovens durante a tarde.

Ministro discute segurança na UFRJ

O ministro de Estado da Justiça, Márcio Thomaz Bastos, apresentará o Plano de Segurança Pública que está sendo proposto para implementação no Rio de Janeiro. O encontro será no dia 3 de abril, às 17h, no Fórum de Ciência e Cultura da UFRJ, que fica no Palácio Universitário da Praia Vermelha, na Av. Pasteur, 250, 2º andar, Urca. Participarão do evento o reitor da UFRJ, Aloísio Teixeira, a deputada Jandira Feghali (PCdoB/RJ), o deputado Antônio Carlos Biscaia (PT/RJ), o senador Roberto Saturnino (PT/RJ) e a Frente Pró-Rio.

Futebol dos servidores 2006

A Comissão Organizadora do II Campeonato de Futebol dos Servidores 2006 convida os servidores interessados em participar do campeonato, em especial os representantes das equipes inscritas em 2004, para reunião que será realizada no dia 7 de abril (sexta-feira), às 10h, na sala 810, no 8º andar do prédio da Reitoria.
Mais informações:
Sady/Hall da Reitoria = 2598-1888
Nelson / PR-4 = 2598-9614
Comissão Organizadora Nelson Vial
Prédio da Reitoria, sala 829
Tel.: 2598-9614 / 2598-9615 / 2598-9616

Informática: Inscrições até o dia 5

As inscrições para os cursos de Webdesign Básico (Módulo HTML), Edição Eletrônica (Módulo Photoshop) e Webdesign Básico (Módulo Dreamweaver) vão até 5 de abril e devem ser feitas na Coordenação de Desenvolvimento Profissional (Codep), no prédio da Reitoria, térreo. O curso, promovido pela Superintendência de Serviços Gerais e pela PR-4, oferece 20 vagas para cada módulo e o pré-requisito é o conhecimento do sistema Windows. As fichas de inscrição podem ser encontradas no site www.pr4.ufrj.br. Mais informações pelos telefones 2598-1814/1846/1845.



Crítica é de que a grade curricular implementada não foi a aprovada na Congregação

Crise da Música retorna ao CEG

A reunião do Conselho de Ensino de Graduação (CEG) do dia 29 teve como pauta um memorando da direção da Escola de Música que mostra que a crise na unidade não foi resolvida: “O ano letivo teve início no dia 6, com ingresso, via vestibular, de novos alunos para o curso de Licenciatura em Música. Os professores do Departamento de Instrumentos de Sopro - 06 se recusam a ministrar a disciplina “Instrumento/Licenciatura”. Em razão disso, segundo a diretora, 14 alunos estão sem aulas.

O pró-reitor José Roberto Meyer distribuiu aos conselheiros uma série de documentos que remonta a um histórico recente da crise, com o pedido expresso do Centro Acadêmico de que se encontre solução para que alunos não sejam prejudicados.

Em 2005, com a mesma crise instalada, o CEG resolveu instituir uma comissão acadêmica para analisar e avaliar a situação do curso de Licenciatura em Música. É que o projeto do curso, aprovado em 2003, gerou distensões internas. Os departamentos não teriam discutido acerca das

disciplinas, e de suas ementas, necessárias à aprovação da grade curricular.

RELATÓRIO - A comissão do CEG apresentou um relatório detalhado, que foi aprovado pelo conselho, que recomendou

O pró-reitor José Roberto Meyer distribuiu aos conselheiros documentos com o histórico da crise na Faculdade de Música e com o pedido do CA para que se encontre uma solução

a formação de uma comissão interna na Escola da Música, com o objetivo de regularizar a grade curricular. A comissão do CEG constatou que de fato as disciplinas, criadas e implementadas no Siga, não foram aprovadas e não há o detalhamento das ementas, sendo es-

tas repetidas para os oito períodos da disciplina para cada instrumento. A comissão da unidade foi instalada e uma nova crise foi aberta na formulação da portaria, publicada pela direção. O presidente da comissão, Prof. Eduardo Biato (Departamento de Composição, não envolvido diretamente na questão), pediu à diretora que republicasse a portaria seguindo as recomendações do relatório da comissão do CEG, em especial quando determina que todas as disciplinas constantes da grade curricular deveriam ser encaminhadas aos departamentos responsáveis pelo seu oferecimento. A diretora não o fez. O presidente renunciou, assim como mais dois professores. A comissão continuou o trabalho e concluiu o relatório.

Para a representante técnico-administrativa no CEG, Ana Maria Ribeiro, se a unidade não consegue chegar a um consenso, é dever do colegiado influir em defesa da graduação. O representante dos estudantes, Gabriel Marques, solicitou que fosse aberta a palavra a representantes dos estudantes, da direção e departamentos envolvidos.

Confusão no Conselho

A diretora Harlei Elbert explicou que o relatório foi aprovado e que apesar disso há alunos novamente sem aulas. Por isso pedia ao CEG que ajudasse a resolver o problema, reafirmando não considerar necessário incluir, na portaria, as recomendações do CEG.

Em outra posição, o chefe do Departamento de Instrumentos de Sopro, Eduardo Monteiro, listava a burla a regras acadêmicas entre os argumentos do que classificou como caos acadêmico, denunciando que o próprio currículo novo do curso de Bacharelado, aprovado em todas as instâncias da unidade, está desde julho de 2005 com a diretora, sem envio ao CEG. “Os alunos não sabem em que currículo vão concluir seus cursos.”

Leonardo Fuks, chefe do Departamento de Musicologia e responsável pelo curso de Licenciatura, lembrou que a dedicação e o trabalho da comissão é um patrimônio que não deve ser desconsiderado, e que havia representantes de cada departamento.

O representante do Centro Acadêmico, Vinícius Pereira, disse não saber o que se pode dizer contra o curso em matéria de ilegalidade ou burocracia, e que o fato é que há alunos do sétimo período sem aulas e que é preciso solução.

Eduardo Biato argumentou que a grade deveria ter apreciação dos departamentos responsáveis pela disciplina. Contou que solicitou o adiamento do prazo da comissão para que a diretora republicasse a portaria com a correção, mas os demais membros da comissão não aceitaram e por isso alguns membros pediram a renúncia.

Ana Maria sugeriu que, diante do clima de acirramento, houvesse nova comissão com membros do conselho para acompanhar a situação e que a documentação fosse remetida à Câmara de Currículos do CEG. O pró-reitor José Roberto Meyer registrou a proposta da conselheira e aprovou o envio à referida Câmara, que deverá analisar e, se houvesse tempo hábil, levaria o tema já à próxima sessão. O pró-reitor sugeriu ainda que a conselheira Vera Barradas, que fez parte da comissão acadêmica do CEG, e ainda membros da Câmara de Legislação e Normas se agregassem ao grupo.

A solução, no entanto, dividiu os estudantes. Alguns concordavam com o encaminhamento, outros revoltaram-se: “Estou sem aulas. Isso é um absurdo. Quero saber quando vou ter aula”, bradou, nervosa, a estudante Edilene Araújo, que está no sétimo período da Licenciatura em Música mas ainda no quinto da disciplina de Instrumentos, no seu caso, clarinete, “porque existe professor, mas não quer dar aula”.

O representante dos estudantes Gabriel fez uma intervenção voltada para os estudantes presentes, para que eles debatessem a questão principal, que é a concepção de professor de música, e se disse um defensor de uma formação mais abrangente, sem especializações precoces.

Sai Palocci, entra Mantega

Intelectuais se dividem em relação ao futuro da economia

O ministro que fazia a interlocução do governo com os grandes grupos capitalistas do Brasil, Antonio Palocci, saiu de cena com base em denúncias de irregularidades na Prefeitura de Ribeirão Preto quando governou aquela cidade. Agora, no comando da economia assumiu o desenvolvimentista Guido Mantega, que estava à frente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). A grande pergunta que se faz é se com a substituição de Mantega, um dos maiores críticos das políticas monetária e fiscal da equipe de Palocci, haverá mudanças na política econômica.

O professor e coordenador do laboratório de Políticas Públicas da Uerj, Emir Sader, em artigo para a Agência Carta Maior, avalia que a escolha de Mantega se não aponta para mudanças imediatas na política econômica, sinaliza a disposição concreta para o desenvolvimento e a distribuição de renda em um segundo mandato. Economistas conceituados já têm

uma leitura diferente. Reinaldo Gonçalves e Carlos Lessa, da UFRJ, afirmam que a política não muda e a tendência, com o fortalecimento do presidente do Banco Central, Henrique Meirelles, é piorar.

UMA SAÍDA PARA O MODELO - Segundo Emir Sader, "se Lula quisesse manter as coisas do mesmo jeito, teria sido feita por alguém de sua equipe ou da do Banco Central, ou por Paulo Bernardo, que atuou de forma harmônica com Palocci". Sader avalia que com a escolha de Mantega, Lula estende uma ponte na direção do empresariado industrial, e outra na direção dos beneficiários das políticas redistributivas: as centrais sindicais, os movimentos sociais e todos os beneficiários diretos das políticas sociais. "Principalmente, Lula aponta para que o segundo mandato a que ele se candidata será um mandato de saída do modelo, com o Estado funcionando como indutor do desenvolvimento e agente de expansão do mer-

cado interno. É, portanto, uma escolha para o presente, mas principalmente para o futuro. Hoje, mantém-se a política econômica, flexibilizando-a, mas Lula pretende apontar para uma política de saída do modelo herdado", analisa.

Para o economista Carlos Lessa, que foi reitor da UFRJ e primeiro presidente do BNDES no governo Lula, a análise do professor Emir Sader é muito otimista. "Sinceramente não acredito que vá mudar. Eu conheço a opinião do Mantega, que é mais desenvolvimentista e menos liberal que Palocci. Para Mantega, os juros travam a economia. Por outro lado temos de saber que ele fez parte do grupo que escolheu esta política econômica, ele era ministro do Planejamento na época."

Lessa analisa que frases ditas por Mantega ("a política econômica é do presidente") e por Lula ("nunca nossa economia esteve tão boa") reforçam que não haverá

mudanças: "As declarações públicas do presidente seguem esse caminho. Ele avalia que o Brasil vai muito bem com a atual política. Disse para o jornal *The Economist* que ele não está preocupado com o desenvolvimento, está preocupado com o Brasil. E falou no Fórum Empresarial Brasil-Itália, realizado na Fiesp (Federação das Indústrias de São Paulo), que o país Brasil vive um momento extraordinário, em poucos momentos da história teve uma posição tão sólida." Na opinião de Lessa, o presidente do Banco Central, Henrique Meirelles, está com sua posição fortalecida por Lula.

SEM MUDANÇA - O economista e professor da UFRJ, Reinaldo Gonçalves, não concorda com a análise de Sader. "Nada vai mudar", diz. Segundo Gonçalves, quem manda no governo se chama Luis Inácio Luiz da Silva, e o presidente não precisa trocar as pessoas para mudar ou manter a orientação política. Reinaldo Gonçalves lembrou

que o próprio Mantega apressou-se a anunciar que a política econômica não mudará. O economista é pessimista. Ele acredita que a política neoliberal herdada de FHC e continuada por Lula vai continuar, e será pior. "O neoliberalismo continuará, e pior. Lula estará mais enfraquecido e fará mais concessões. Com o Meirelles, ele já definiu a autonomia definitiva do Banco Central. Foi um compromisso concreto com o Sistema Financeiro, afirma o economista, que já foi integrante do PT.

Palocci garantiu a política para o empresariado

Durante mais de três anos Antonio Palocci sustentou com mão de ferro uma política de concentração de renda jamais vista na história do Brasil – proporcionando a maior remuneração do mundo aos agiotas financeiros – e aumentou o endividamento público. Este era o compromisso para manter a segurança e a credibilidade do governo Lula com o empresariado.

Palocci elevou o superávit primário (para pagamento de juros da dívida externa) de 3,75% para 4,25% do PIB; patrocinou a elevação dos juros para 26,5% ao ano; bancou a reforma da Previdência; renovou o acordo com o FMI; reconheceu méritos das políticas iniciadas pelos tucanos. Desde 2003 todo esse pacote foi baixado de uma vez, e vinha sendo mantido a ferro e a fogo por Palocci e Lula.



Foto: Agenda Brasil

FORA DE CENA. Palocci não resistiu às acusações que o vinculavam a ex-assessores envolvidos em irregularidades

UFRJ guarda acervo que relata o trabalho escravo hoje no país

O Brasil da barbárie

A UFRJ dispõe, hoje, do único acervo documental sobre a escravidão contemporânea no Brasil (séculos XX e XXI). São cerca de mil pastas com relatos de violência e de fugas de trabalhadores de fazendas e usinas, acompanhados por depoimentos chocantes das vítimas.

Este precioso arquivo é

complementado por documentos oficiais, como inquéritos policiais e relatórios que descrevem ações do Grupo Móvel de Fiscalização do Ministério do Trabalho, nos últimos dez anos, além de vários recortes de publicações com reportagens sobre esta vergonhosa realidade brasileira, que atinge milhares de

pessoas no campo e também nas regiões urbanas.

O responsável por tudo isso é o Grupo de Pesquisa Trabalho Escravo Contemporâneo (Gepetec), coordenado pelo padre e antropólogo Ricardo Resende e pela professora da Escola de Serviço Social, Gelba Cavalcanti Cerqueira. O grupo chegou à UFRJ

com o apoio da decana do Centro de Filosofia e Ciências Humanas (CFCH) Suely Almeida, e está instalado numa sala do Centro, na Praia Vermelha. Com a ajuda financeira da Fundação Ford foi criado o banco de dados, mas falta dinheiro para levar adiante o projeto, que é alimentar o banco com as informações. Tarefa que para ser concluída em até seis anos exige reforço da atual equipe em pelo menos 20 pesquisadores e digitadores.

Tanto Gelba quanto Resende acreditam que a Universidade irá contribuir para a concretização do projeto do banco de dados. “O reitor Aloísio Teixeira também está nos apoiando, e como a nossa carência é de profissionais, a instituição pode custear essa despesa ou ceder pessoas da administração”, sugeriu padre Resende. A professora lembrou que a UFRJ tem um dos maiores núcleos de computação, o NCE, de onde poderiam vir os digitadores.



Escravo vem de longe

A escravidão por dívida e a emigração são as principais características do escravismo contemporâneo no Brasil, segundo padre Resende. E o escravo, disse, é sempre aquele que vem de longe. De acordo com o pesquisador, o surto da escravidão contemporânea se deu no final dos anos 60, quando o governo militar criou a Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (Sudam) com o objetivo de integrar a região ao

restante do país com medo da internacionalização da Amazônia – na época o movimento ecológico internacional dizia que a Amazônia era o pulmão do mundo.

Em 1995, sob forte pressão da Comissão Pastoral da Terra (CPT) a partir do sul do Pará, o governo federal foi obrigado a criar o Grupo Móvel de Fiscalização do Ministério do Trabalho, com pessoas indicadas por Brasília, o qual foi mantido pelo governo Lula. O país foi dividido

em cinco regiões, e a maioria dos fiscais e coordenadores é constituída por mulheres. Para padre Resende, “houve mudanças que estão se tornando não só eficientes como eficazes”. E cita algumas: “Atualmente o Ministério do Trabalho publica e divulga na internet a Lista Suja, uma relação dos imóveis envolvidos com mãos-de-obra escrava. Quem consta da lista não consegue empréstimos e outros financiamentos oficiais.

25 mil sob trabalhos forçados

A Comissão Pastoral da Terra estima que 25 mil pessoas continuam submetidas a trabalhos forçados, no campo. E padre Resende diz que ninguém sabe ao certo os números da escravidão hoje no Brasil, principalmente se for contabilizada a escravidão urbana. “Seguramente atinge um maior número de pessoas”, garante. No caso da escravidão urbana, o único lugar do Brasil que está sendo pesquisado é São Paulo, pela Pastoral dos Imigrantes. Ele explica que há dois modelos desse tipo de escravidão: dentro das cidades e nos navios estrangeiros ancorados nos portos. No Rio de Janeiro os humilhados são africanos, asiáticos e latino-americanos em geral, e em São Paulo, bolivianos e asiáticos. Segundo o pesquisador, o Gepetec não tem como fazer esse levantamento. “Não queremos fazer tudo”, diz.

Durante 20 anos Ricardo Resende acompanhou bem de perto essa tragédia humana. Primeiro trabalhando na CPT e morando em Conceição do Araguaia; depois como pároco de Rio Maria -- regiões do sul do Pará. “Nessas duas décadas acolhia na minha casa, recebia no escritório da CPT ou na igreja pessoas despejadas da terra ou que fugiam do trabalho escravo. Perdi muitos amigos assassinados. As mortes eram em conflitos na luta pela terra ou por tentarem fugir do trabalho escravo. A necessidade de salvar vidas impedia que estudássemos o problema sob outro ângulo que não fosse o da sobrevivência. Fazíamos anotações, e nos preocupávamos com quem fugisse, conseguisse escapar e em salvar os que estavam dentro da fazenda.” Enfrentar e desafiar as forças de repressão no campo significou ter a vida também por um fio. Resende foi jurado de morte inúmeras vezes. O padre documentou sua experiência no livro *Pisando fora da própria sombra – A escravidão por dívida no Brasil contemporâneo*, resultado da sua tese de doutorado no IFCS, e foi premiado duas vezes.